



As mulheres e os homens com mais irmãos tinham e desejavam ter um maior número de filhos (2,46, em média, para as mulheres com 4 ou mais irmãos e 2,44, em média, para os homens na mesma circunstância).

Para além da relação com a fecundidade desejada, o número de irmãos parece estar também associado ao nível dos filhos que as pessoas tinham: ao aumento do número de irmãos corresponde um aumento do número médio de filhos tidos.

Embora fosse mais frequente que mulheres e homens dos 30 aos 39 anos considerassem ter menos filhos do que desejavam – 65,4% das mulheres dos 30 a 39 anos e 72,8% dos homens com as mesmas idades – é importante ter em conta que estas pessoas não estavam ainda próximo do final da sua vida reprodutiva, tendo ainda oportunidade e tempo para reduzir a distância entre o seu desejo e o concretizado (Figura 16).

É entre as pessoas mais velhas que importa salientar a proporção das que tinham menos filhos do que desejavam – 51,3% das mulheres dos 40 aos 49 anos, 54,7% dos homens nas mesmas idades e 48,0% dos homens dos 50 aos 54 anos.

Por outro lado, 40,2% das mulheres com idades dos 40 aos 49 anos e 35,1% dos homens do mesmo grupo etário tinham exactamente os filhos que desejaram.

Este valor era ligeiramente superior nos homens com 50 a 54 anos – 43,5%.

O contraste entre o concretizado e o desejo das pessoas pode ainda ser medido a partir das diferenças entre a idade em que tiveram o primeiro filho e a idade em que desejavam ter tido.

O adiamento da fecundidade é partilhado por mulheres e homens, sendo no entanto mais acentuado entre os homens (45,1% das mulheres teve o 1º filho mais tarde do que desejava, que compara com 58,5% dos homens).

Análise regional

Em todas as regiões, a fecundidade realizada foi menor em 2019 que em 2013

Por regiões NUTS II, para as mulheres dos 18 aos 49 anos, o número médio de filhos tidos variou entre 0,95 filhos na região Norte e 1,10 filhos na Região Autónoma dos Açores – 1,10 e 1,27 em 2013, respetivamente (Figura 1a).

O número médio de filhos que as mulheres tencionavam vir a ter variou entre 0,79 na Área Metropolitana de Lisboa e 0,61 na Região Autónoma dos Açores (em 2013, variou entre 0,84 na Área Metropolitana de Lisboa e 0,57 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).

A fecundidade final esperada era maior na Área Metropolitana de Lisboa (1,77 filhos em 2019 e 1,83 em 2013), e o valor mais baixo foi observado no Alentejo (1,70 filhos, 1,84 em 2013).

Em todas as regiões, a fecundidade realizada foi menor em 2019, relativamente a 2013. A fecundidade final esperada foi superior em 2019 apenas no Algarve e na Região Autónoma da Madeira.

Maioria quer incentivos à natalidade

O Inquérito à Fecundidade 2019 incluiu um conjunto de questões que visavam conhecer a opinião das pessoas sobre a necessidade de existência de incentivos à natalidade, agrupados em 4 domínios: condições de trabalho, acesso a serviços para ocupação dos filhos, rendimentos das famílias com filhos e outras medidas.

A grande maioria das pessoas considerou que deviam existir incentivos à natalidade, ou seja, deviam existir apoios para que as pessoas tenham mais filhos: 89,8% das mulheres e 85,9% dos homens, não havendo diferenças significativas por grupo etário.

Foi pedido às pessoas que ordenassem as três medidas apresentadas em cada domínio, pelo grau de importância que lhes atribuíam.

Relativamente ao domínio condições de trabalho, a medida de incentivo

para ocupação dos filhos, “alargar a rede e o acesso a creches, jardins-de-infância e Actividades de Tempos Livres (ATL)” foi a medida de incentivo mais frequentemente referida como a mais importante (53,1% das mulheres e 48,7% dos homens). “Alargar os horários de funcionamento de creches, jardins-de-infância e ATL” e “assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL” não foram consideradas tão importantes.

Relativamente às medidas no âmbito dos rendimentos das famílias, mulheres e homens apresentam uma distribuição distinta naquelas que assinalaram como as mais importantes. Se para as mulheres a medida considerada como a mais importante foi “aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, transporte, habitação e alimentação dos agregados com filhos” (41,0% das mulheres, que compara com 36,8% dos homens), para os homens aquela que aparece como sendo



mais frequentemente referida como a mais importante foi “flexibilizar os horários de trabalho para mães e pais com filhos pequenos”: 52,9% dos homens e 45,7% das mulheres referiram-na. A medida “alargar os períodos de licença parental para mães e pais” foi mais referida por mulheres (33,7%) do que por homens (25,9%).

“Aumentar as oportunidades de trabalho a tempo parcial para mães e pais” foi a medida menos assinalada como a mais importante, o que pode estar relacionado com facto de Portugal estar entre os países da União Europeia com a menor proporção de trabalhadores (sobretudo de mulheres) a tempo parcial.

No contexto do acesso a serviços

mais regularmente assinalada como a mais importante medida neste contexto é “reduzir os impostos para as famílias com filhos, incluindo aumentar as deduções fiscais para quem tem filhos” (42,8% dos homens, que compara com 37,0% das mulheres).

Contudo, ambas visam a necessidade de aumento do rendimento disponível das famílias.

No que respeita a outras medidas que não integram os três domínios referidos anteriormente, “atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiam trabalhadores com filhos” foi assinalada como a mais importante por quase metade das mulheres (48,3%) e mais de metade dos homens (52,7%).

Figura 1. Fecundidade realizada, intencional e final esperada, total, mulheres e homens, Portugal, 2013 e 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade 2013 e Inquérito à Fecundidade 2019

Nota: A fecundidade final esperada pode não corresponder à soma da fecundidade realizada e da fecundidade intencional devido à opção de resposta “Não sabe” e por questões de arredondamentos.